

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.299.038 - PR (2018/0123377-8)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : JEFFERSON AMAURI DE SIQUEIRA
ADVOGADO : JEFFERSON AMAURI DE SIQUEIRA (EM CAUSA PRÓPRIA) - PR057142
AGRAVADO : MARIA DO CARMO DUARTE FREITAS
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL. ART. 932, INCISO III, DO CPC/2015. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu o recurso especial manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

O presente recurso não pode ser conhecido em virtude da ausência de impugnação específica aos fundamentos da decisão agravada.

Com efeito, na hipótese dos autos, o Tribunal de origem inadmitiu o recurso especial por considerar que (i) quanto a alegada violação ao art. 1.022, do CPC, o agravante teria tecido argumentações meramente genéricas, sem demonstrar, efetivamente, como o referido dispositivo teria sido violado, atraindo a incidência, por analogia, da Súmula 284/STF; (ii) o agravante deixou de combater os fundamentos da decisão outrora recorrida, sendo caso da aplicação da Súmula 283/STF e (iii) rever o entendimento firmado acerca do dano moral demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, inviável nesta via especial em virtude da Súmula 7/STJ.

No entanto, nas razões do agravo em recurso especial (e-STJ, fls.

494-502), verifica-se que o agravante não impugnou adequada e especificamente a incidência dos referidos fundamentos apontados pelo Tribunal *a quo*, limitando-se a alegar, genericamente, que não haveria necessidade de um simples reexame de provas, e que os óbices apontados seriam inaplicáveis, *in verbis* (e-STJ, fls. 496/498):

"(...) Houve a demonstração da preliminar de repercussão geral previstos no art. 102, parágrafo 3º da CF/88, bem como, não há necessidade de um simples reexame de provas (súmula 007 do STJ e 279 do STF). O agravante fundamentou seus recursos excepcionais, precisamente, portanto, inaplicação da simula 007 do STJ e 279, 283 e 284 do STF. (...) Além disso, Inaplicação das súmulas 007 do STJ e 279 e 284 do STF, não há necessidade de um simples reexame de provas (o tema é mais complexo', houve demonstração, clara e objetiva, que a legislação federal e constitucional foram violados (inaplicação da súmula 284 do STF), os fatos são incontroversos, apenas nova decisão sobre questão puramente de direito. Inaplicação da Súmula nº 07 do Superior Tribunal de Justiça, apenas uma reavaliação das provas (...)"

Saliente-se, nesse passo, que é dever da parte agravante impugnar especificamente todos os fundamentos utilizados para a inadmissão do apelo, sob pena de não conhecimento do agravo em recurso especial, a teor do que dispõe o art. 932, inciso III, do CPC/2015 (art. 544 do CPC/1973), *in verbis*:

"Art. 932. Incumbe ao relator: (...) III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida".

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE AGRAVADA. ART. 932, III, DO CPC/2015. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS RECURSAIS. FIXAÇÃO

EM CASO DE AUSÊNCIA DE TRABALHO ADICIONAL. POSSIBILIDADE. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Cabe ao agravante, nas razões do agravo em recurso especial, trazer argumentos suficientes para contestar a decisão de inadmissibilidade, sob pena de não conhecimento do agravo, conforme disposto pelo 932, III, do CPC/2015. Caso concreto no qual não houve combate especificado à inadmissão do recurso especial pelo Juízo de origem.

2. [...] 3. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 1.288.078/CE, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/09/2018, DJe em 27/09/2018, grifei)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO PROFERIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. ART. 932, III, DO CPC DE 2.015. INSUFICIÊNCIA DE ALEGAÇÃO GENÉRICA. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. EXAME RELACIONADO AO MÉRITO DO RECURSO ESPECIAL PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. POSSIBILIDADE. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO CPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. À luz do princípio da dialeticidade, que norteia os recursos, compete à parte agravante, sob pena de não conhecimento do agravo em recurso especial, infirmar especificamente os fundamentos adotados pelo Tribunal de origem para negar seguimento ao reclamo.

2. O agravo que objetiva conferir trânsito ao recurso especial obstado na origem reclama, como requisito objetivo de admissibilidade, a impugnação específica aos fundamentos utilizados para a negativa de seguimento do apelo extremo, consoante expressa previsão contida no art. 932, III, do CPC de 2.015 e art. 253, I, do RISTJ, ônus da qual não se desincumbiu a parte insurgente, sendo insuficiente alegações genéricas de não aplicabilidade do óbice invocado.

[...]

6. Agravo interno não provido, com aplicação de multa.

(AgInt no AREsp 1.345.708/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe em 26/03/2019, grifei)

Nesse contexto, à luz do princípio da dialeticidade, o não conhecimento do presente recurso é medida que se impõe.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* está sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ).

Ante o exposto, com base no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do agravo em recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

